

## O distrital misto e “o melhor dos mundos”



Luís Felipe G. da Graça

8+1 0

O sistema eleitoral que chamamos comumente de distrital misto surgiu de um impasse. Durante as discussões da Constituição na Alemanha durante o pós-guerra, os dois principais partidos divergiam sobre qual forma adotar: a Democracia Cristã defendia a adoção do sistema distrital; e o Partido Social-Democrata, o sistema proporcional. Os alemães resolveram ficar no meio do caminho, passando a eleger parte dos representantes pelo voto proporcional em lista e parte pelo sistema distrital. Um novo sistema, com suas nuances, nascia. A promessa de trazer elementos das duas famílias tradicionais de regras eleitorais seduziu diversos países de lá para cá. Derivações desse

sistema foram adotadas em lugares muito diversos, como a Itália, o Japão, a Coreia do Sul, a Rússia, a Bolívia e a Venezuela.

O sistema distrital misto se define pela existência, em conjunto, de formas diferentes de eleger deputados: (1) uma majoritária, geralmente o voto distrital, e (2) uma proporcional. O eleitor, nesse sistema, tem direito a dois votos. O primeiro serve para escolher o deputado do seu distrito; o segundo, para votar na lista proporcional do partido. A forma como esse dois votos se relacionam é que define algumas das principais diferenças existentes dentro desse grupo. Já os candidatos geralmente podem participar das duas eleições, se lançando em um distrito e constando da lista do partido.

A forma mais simples que esses dois votos dados pelo eleitor se relacionam é quando eles são contabilizados de forma completamente paralela, ou seja, a eleição proporcional e a majoritária funcionam de forma independente. Assim ocorre nas eleições do Legislativo Japonês, o Dieta, em que 300 deputados são eleitos pelos distritos e 180 pelas listas. Esse sistema tem resultados mais proporcionais que o voto distrital puro, mas ainda pode deixar de contabilizar muitos votos no resultado final.

O Bundestag alemão adota a outra forma comum de sistema distrital misto, a de correção. Nesta, existe uma ligação entre as duas eleições para garantir proporcionalidade no resultado final. No caso alemão, as votações na lista são usadas para calcular a quantidade de cadeiras que cada partido deve ter. Desse total de cadeiras, são retiradas aquelas que o partido conseguiu através do voto distrital. Em muitos casos, um partido pode ter mais cadeiras ganhas no distrito do que teria direito pelo voto em lista, uma situação que todos os sistemas de correção devem lidar. No caso da Alemanha, o legislativo Alemão não tem um número fixo de cadeiras, apenas o mínimo de 598, para acomodá-los.





A adoção do sistema distrital misto tem sido apontada como saída para os impasses da reforma política no Brasil. Ele possui o benefício de reunir pontos das duas famílias tradicionais de regras eleitorais, mas também cria diferentes tipos de deputados: aqueles que se elegem principalmente pelos distritos e aqueles que se elegem pela lista. O caminho do meio também tem suas bifurcações. Quando se escolhe a versão paralela, beneficia-se o lado majoritário do sistema, trazendo parte de suas complicações, como a desproporcionalidade entre votos e resultados. Quando se escolhe a versão de correção, beneficia-se o lado proporcional, mas se traz a dificuldade de entender os resultados finais do sistema. Mesmo o caminho do meio não foge à necessidade de escolher um lado.

## Sobre o autor



Luís Felipe G. da Graça

---

## Deixe um Comentário

SEU NOME

SEU E-MAIL \*

COMENTÁRIO \*

SALVAR

REGRAS

---

## Posts **recentes**

**BLOG** 29/05/2015

O distrital misto e “o melhor dos mundos”

**BLOG** 20/05/2015

Nova lei de migrações quer facilitar atração de profissionais qualificados

**MOSAICO** 18/05/2015

Lei de Acesso à Informação chega a 3 anos enfrentando desafios

**BLOG** 06/05/2015

Migrações: Qual o papel do Estado?

**BLOG** 29/04/2015

“The Wire”: O que a série de TV diz sobre os #baltimoreriots



Fundação Getúlio Vargas



